



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e Augusto Carneiro.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Egon Pudell (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Quielse Crisóstomo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Quielse Crisóstomo) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pelo que me parece, Sr. Presidente, e com todo o respeito que V. Ex.^a merece, não há "quorum" para início dos trabalhos. Solicito, portanto, a V. Ex.^a a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação.

O SR. PRESIDENTE — (Quielse Crisóstomo) — A Mesa defere o pedido de V. Ex.^a e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede à chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Vinte e um (21) Srs. Deputados presentes, Há número para prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que, através da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, sejam realizados estudos visando o encaminhamento de Mensagem Governamental a esta Casa, a fim de ser estabelecida em nosso Estado, a exemplo do já existente em outros Estados da Federação brasileira, lei que determine a contagem para efeito de aposentadoria ao servidor público, do tempo de serviço prestado, em qualquer grau de ensino, ao magistério particular.

Tal apelo se faz, em razão de que em nosso País o ensino, quer particular, quer oficial, é regulamentado e fiscalizado através da Lei Federal que determina as Diretrizes e Bases Fundamentais para a sua execução, não havendo assim divergência quanto ao serviço prestado no campo da educação, quer no serviço público, quer no particular.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja criado um CURSO DE CONTABILIDADE ou SECRETARIADO, no Colégio Estadual João XXIII, na Vila Operária, na cidade de MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A Vila Operária, em Maringá, congrega atualmente um contingente de habitantes, constituindo-se numa das grandes preocupações para as administrações municipais, principalmente no sentido da educação.

O Vereador ANTENOR SANCHES, apresentou ao Plenário da Câmara Municipal da cidade canção, requerimento que foi aprovado e deferido pela Mesa Executiva daquela Casa de Leis, pedindo gestões junto aos órgãos governamentais competentes, para que a medida seja tomada, criando um Curso de Contabilidade ou de Secretariado, com instalação no Colégio Estadual João XXIII.

Considerando que o pedido do ilustre Vereador de Maringá, vem de encontro aos mais altos anseios da população daquela Vila Operária, estamos nesta oportunidade encaminhando ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Netto, a reivindicação, que se mereceu o apoio da edilidade de Maringá, certamente merecerá também, dos nobres integrantes desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Professor Francisco Borsari Netto, DD. Secretário da Educação e da Cultura, solicitando sejam adotadas providências para coibir abusos que se vêm verificando por elementos menos escrupulosos, que na sua pretensão mandonista, se servem dos estabelecimentos de ensino, professores, alunos e materiais escolares, para promover sua campanha eleitoral, inclusive para tanto, fazendo suspender aulas para promoção de palestra política.

O fato mais recente de que se tem conhecimento, ocorreu no Município de Corbélia, que foi motivo de repúdio por parte da Câmara de Vereadores daquele município, conforme informa o documento.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso pronunciado pelo Dr. Ernanni Simas Alves, quando da entrega do Título "Honoris Causa"

ao Dr. ATYS QUADROS DA SILVA, do qual foi seu Patrono. Comunique-se ao Dr. ATYS, médico e cientista paranaense. Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, o Sr. Presidente, General Ernesto Geisel, desta República Brasileira, falando na Alemanha, disse que a Arena iria ganhar as eleições, que ele tinha esperanças da Arena ganhar as eleições. E do jeito que correm as coisas, possivelmente possa ganhar, porque em Cascavel, e não é a primeira vez que ocorre, colégios públicos estão sendo usados para fazer títulos de eleitores.

E, segundo informações que eu não confirmo, mas que tenho o dever de denunciar para evitar abuso, vem sendo feito esses títulos em colégios e psicologicamente sendo forçados os pais de alunos, tangenciando esses pais de alunos, para que tenham já o compromisso de votar na Arena.

Diretora de um Grupo de Alvorada do Oeste tem feito isto em várias oportunidades. Em uma das ocasiões, inclusive num dos pleitos eleitorais, foi colhida de surpresa, portando mais de uma centena de títulos e conduzindo o eleitor a votar em determinado candidato. Nós mesmos surpreendemos essa pessoa. E isto na iminência de ocorrer outra vez. Os fatos estão se preparando para que tenham uma vitória no pleito eleitoral, que possivelmente será realizado no dia 15 de novembro.

Então, é para que fique registrado, nesta Casa, o nosso repúdio e a nossa consternação. E, pedindo-inclusive, que as autoridades competentes viabilizem um esquema de preservação do que está escrito nas normas vigentes neste País, é para impedir que o abuso e a corrupção eleitoral venham a ocorrer durante os pleitos eleitorais.

Além desses fatos, outros piores estão a ocorrer, e que em outra oportunidade, voltarei à tribuna para denunciar com documentos, o que está em vias de acontecer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não gostaríamos de vir à tribuna para tratar de um assunto que não nos agrada.

Tanto mais porque se refere a um colega desta Casa. Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um expediente do Município de Corbélia, reclamando do comportamento político do nosso eminente amigo e Deputado Fuad Nacli, que vem, naquele município, procurando tumultuar a administração municipal. Na esfera estadual procura ele trancar os processos que são encaminhados no interesse daquela comunidade.

E ainda, no ano passado, nós tivemos conhecimento e não nos referimos ao assunto, porque até ficamos constrangidos em fazê-lo, procurou o eminente Deputado trancar o convênio do PROSAFRA e até hoje o convênio não foi assinado. Esperamos que este ano, o Sr. Secretário dos Transportes o faça.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio a informação de que o eminente Deputado Fuad Nacli, que eu peço desculpas em ter que me referir ao nome dele hoje aqui, porquanto, ele não se encontra presente, mas, eu não teria oportunidade possivelmente, de que, naquele município, ele vem se utilizando das casas escolares, dos professores e alunos e materiais escolares levados daqui da Secretaria de Educação e Cultura, para fazer sua campanha eleitoral naquele município. Interrompe as aulas, e ali nos estabelecimentos de ensino, ele promove os encontros

políticos e palestras políticas.

E esse comportamento que não é condizente com o respeito que o Ensino deve merecer de todos nós, tanto mais porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a coisa pública não tem cor partidária. O dinheiro que é empregado na administração pública, não é da Arena nem do MDB, é dos cidadãos; é daqueles que têm partido e dos que não têm partido.

Portanto, eu não concebo que se misture uma coisa com a outra, a campanha política e a política deve ser feita exclusivamente no âmbito partidário e nas oportunidades devidas.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queríamos encaminhar, na oportunidade, um requerimento ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando providências no sentido de serem coibidos esses abusos e que não se utilizem de professores de estabelecimentos de ensino, materiais escolares e da Secretaria de Educação, para fins político-eleitorais. E queria dizer mais, que com este requerimento, estou anexando uma correspondência recebida da Câmara de Vereadores do Município de Corbélia, na qual foi aprovada para inserção na Ata, um voto de repúdio pelo comportamento do nosso eminente e respeitável Deputado Fuad Nacli, pelas razões já expostas e tanto mais, porque ele, se referindo à sua campanha política, ainda ressalta de que o Partido da Oposição não tem condições de resolver o problema do ensino naquele município.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se nós formos comparar a situação do município, da administração anterior, como agora se encontra, o desenvolvimento que ele está tendo, eu acredito que o Deputado Fuad Nacli, em sua consciência, não poderá fazer afirmações dessa natureza.

Por outro lado, também queria enfatizar aqui, que durante os meus dois anos de mandato, quando o Prefeito, não era do meu Partido, era da Arena, eu jamais fui em Corbélia, ou aqui nesta Casa mesmo, perturbar a administração daquele município. Pelo contrário, sempre trouxe a esta Casa, pedidos, fiz reivindicações para o município, ajudando a administração municipal. E eu gostaria que o Deputado Fuad Nacli fizesse assim também, porque eu acredito que se ele fizesse como eu fiz durante os meus anos de mandato, ele ganharia muito mais, a simpatia do povo daquele município.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos momentos agitados da vida atual, é tão difícil encontrarmos um homem que ainda se dedica ao estudo, à ciência e à pesquisa.

Hoje é aniversário de um grande paranaense, um médico já considerado pelos estudiosos, um cientista da medicina: Dr. Atys Quadros da Silva. E como testemunho do reconhecimento, foi-lhe concedido o título de Doutor "Honoris Causa", que nós, neste momento, como penhor de homenagem a tão ilustre cientista da medicina, solicitamos a esta Casa, seja transcrito nos seus Anais, com a aprovação do Plenário, o discurso pronunciado pelo Dr. Ernani Simas Alves, Patrono do Médico Atys Quadros de Lima, na entrega do Título "Honoris Causa".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este moço, ainda jovem, já salvou vidas preciosas, de autoridades do Brasil e do Exterior. Motivo pelo qual esse parlamentar, na sua data natalícia, que é o dia de hoje, numa tentativa, não só de homenageá-lo, mas de dizer que esta Casa de representação popular sabe do seu trabalho, faz esta solicitação da tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se o Estado do Paraná ao invés de estar localizado no Sul do Brasil, estivesse localizado no Nordeste brasileiro, tenho certeza que o que está acontecendo aqui já estaria sendo sanado, através de medidas concretas, reais.

Lamentavelmente, não sei se é virtude, ou não, o paranaense não sabe chorar.

Existem alguns Estados brasileiros que, realmente, têm facilidade em obter determinadas vantagens quando atravessam dificuldades. E isso se dá exatamente pela forma como é conduzido, como se coloca o problema.

Estamos numa situação deveras constrangedora. Por todos os cantos do Estado a situação é desoladora. São os lavradores chorando a falta d'água, a falta de auxílio concreto, através dos bancos oficiais. É o comerciante tendo dificuldades por essa situação que atravessam os agricultores, tendo dificuldades na comercialização e na venda de seus produtos. São os infelizes "bóias-frias" sendo mais vítimas e ainda mais explorados pela atual situação.

Há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que realmente sejam tomadas medidas que venham de encontro às reivindicações do povo paranaense.

Somos inteligentes suficientemente para perceber que, evidentemente, o Governo não tem condições de fazer chover, de aumentar o volume d'água dos rios e riachos que abastecem as cidades. Mas, entendemos perfeitamente que todos gostariam de sentir efetivamente a presença — principalmente na hora das dificuldades — do Governo. Porque entendo que é muito mais confortador, para nós, o apoio nas horas de dificuldades do que os parabéns, as congratulações quando tudo está correndo bem.

O Paraná já teve, em várias oportunidades, ocasião de demonstrar a sua capacidade — acreditamos em nosso Estado e em nosso povo — de se reerguer.

Mas, para esse reergüimento, para essa reabilitação, gostaríamos que o povo paranaense encontrasse o apoio e o suporte dos órgãos federais.

Recentemente, tivemos, aqui em Curitiba, a visita do Sr. Ministro da Fazenda, mas, dessa visita não tivemos conhecimento que nada de concreto houvesse ocorrido. As medidas que deveriam ser tomadas, que a agricultura, que o nosso agricultor realmente esperava não vieram da forma e da maneira com que ele desejava e, se de um lado, nós temos uma fase triste, causada pela falta de chuvas, pela seca, pela falta de estímulo, de financiamentos bancários, falta de estímulo com melhores preços mínimos, de outro lado, percebemos que aquelas regiões mais aquinhoadas do Estado do Paraná, onde a sua população teve o privilégio de poder produzir um pouco mais; se ele teve a sorte, de ter um pouco mais de produção, teve o azar de confiar em outras pessoas e ser ludibriado na comercialização de seus produtos.

E neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo à leitura de um requerimento e que, se aprovado, desejaria que fosse encaminhado às autoridades que estão nele mencionadas.

É o fato recentemente acontecido no Município de Santa Cecília do Pavão, onde os agricultores não se queixaram muito, pois lá naquela região pelo menos a safra de algodão se não se colheu totalmente a contento o que se esperava, pelo menos os prejuízos não foram tantos.

Mas, por infelicidade daqueles lavradores, se de um lado se correspondeu a produção, de outro lado, foram enganados por um comprador de algodão. (Lê):

"Senhor Presidente.

SÚMULA: requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado, para que interceda junto às Diretorias do BANCO DO BRASIL S/A., BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., BANCO BAMERINDUS DO

BRASIL S/A., BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A. e BANCO AMÉRICA DO SUL S/A., no sentido de que sejam prorrogados os prazos de financiamentos, e que sejam suspensas as execuções judiciais dos agricultores na região de Santa Cecília do Pavão.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, de acordo com ofício que recebemos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cecília do Pavão, e do qual anexamos cópia em xerox, os lavradores daquela região, estão passando por um verdadeiro clima de tensão, tendo em vista que seus títulos de financiamentos feitos juntos a casas bancárias acima mencionadas, estão na iminência de serem cobrados com execução judicial, pelo fato de os mesmos não terem condições financeiras para saldarem seus débitos, pelo fato de um intermediário, ou seja um dos maiores compradores de cereais da cidade, haver aplicado um golpe de aproximadamente Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), após ter feito a entrega dos cereais adquiridos, às firmas compradoras, e fugido para local ignorado levando consigo, todo o valor das vendas efetuadas, não saldando com os lavradores, para que os mesmos pudessem saldar suas dívidas junto àqueles estabelecimentos de crédito."

E apresentamos como justificativa, um ofício encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cecília do Pavão, datado do dia 11 de abril.

O ofício diz o seguinte: (Lê):

"Santa Cecília do Pavão, 11 de abril de 1978.

Ofício n.º 06/78

Nobre Deputado:

Cumpra-me o dever de levar ao conhecimento de nosso ilustre representante na Assembléia Legislativa do Paraná, da difícil situação que se encontram diversos trabalhadores rurais, arrendatários e pequenos produtores rurais de nosso município, na sua grande maioria filiados neste Sindicato.

Como é de seu conhecimento, a nossa região, próxima a cidade de Assaí, se dedicam os lavradores ao cultivo da lavoura algodoeira, e, nesta última cidade se localizam as grandes empresas compradoras, como no caso a SANBRA S/A., TEKA S/A., ESTEVE E IRMÃOS S/A., enquanto que em nossa cidade se localizam intermediários entre os produtores e estas empresas.

Recentemente um dos maiores compradores ou intermediários, em nossa cidade, Sr. KATUMI ARAI, na véspera da Semana Santa, veio a fugir, deixando uma situação difícil de ser contornada por todos aqueles com quem o mesmo mantinha transações comerciais, pois devido a seca, o algodão teve uma colheita precoce, já tendo sido comercializada 95% da safra. Aconselhamos os produtores associados a registrar queixa policial, mas, temem agora a execução judicial dos Bancos financiadores da lavoura (BANCO DO BRASIL S/A., BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A., BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A., BANCO AMÉRICA DO SUL S/A.), de vez que o referido comprador desapareceu da região com o produto de sua colheita, não havendo condições de pagamentos de seus débitos.

Calculamos que o prejuízo em nossa região, foi de aproximadamente Cr\$ 10.000.000,00, conforme pudemos verificar "in loco", pelas reclamações dos produtores, hoje sem condições de quitar seus débitos, bem como, poderíamos afirmar, seria um caso de calamidade pública, não havendo sequer condições de fornecimento de gêneros de 1.ª necessidade da

entre-safra anterior, devido a seca que atingiu a região, levando a última esperança, ou seja, a colheita do algodão.

Sabedores que somos do seu empenho na defesa dos trabalhadores rurais, nas mais difíceis situações, solicitamos a V. Ex.^a que seja levado ao conhecimento de nosso ilustre Governador, Secretário da Agricultura e demais autoridades ligadas à agricultura, no sentido de que seja evitado o "mal maior", a execução judicial de seus imóveis, sustento de pequenas famílias que cultivam áreas de 1 a 5 alqueires, junto a rede bancária.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Avenício Valêncio - Presidente

Lauro F. da Costa - Assessor Jurídico"

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o reclamo da população dessa região. Nós sabemos que o atravessador que sem dúvida alguma é a maior praga existente na agricultura não só no Paraná mas, no Brasil, de vez em quando apronta uma das suas. Como é o caso, agora, de Santa Cecília do Pavão, quando, fugindo com o dinheiro arrecadado, deixou aqueles lavradores, realmente, numa situação de penúria e necessitando de um apoio mais concreto por parte das autoridades financeiras.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos também passar a ler mais um requerimento:

Hoje, a cidade de Londrina, evidentemente pela característica que ela representa como a maior metrópole do Estado do Paraná, comporta uma população muito maior do que há uns vinte anos atrás. Não só a população de Londrina como também de toda aquela região, era muito menor, assim como daqui a dez ou vinte anos, a população será dobrada.

Em Londrina, há mais ou menos vinte anos construiu-se a cadeia pública, que foi instalada, àquela época, na periferia da cidade; hoje, o prédio da cadeia pública que está centralizado também na Delegacia de Polícia, está situada no centro da cidade; através das grades das janelas da prisão, que ficam exatamente na divisa da rua, os presos são molestados por pessoas que passam na rua — por outro lado, também e principalmente moças e senhoras que por ali passam, são molestadas pelos presos que se encontram nas janelas da cadeia pública, observando o movimento.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos às mãos de V. Ex.^a o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado e, ao General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, Secretário de Segurança Pública, constando as seguintes reivindicações, em benefício da 10.^a Subdivisão Policial da cidade de Londrina:

I — Construção de um novo prédio para abrigar a Cadeia Pública fora do perímetro urbano, ou a construção de mais um pavimento anexo ao prédio atual;

II — Que sejam feitos reparos no prédio onde funciona a Cadeia Pública, ficando o mesmo somente para atendimento da Delegacia de Polícia e aos órgãos a ela vinculados;

III — Que seja criada uma Delegacia de Plantão, com um quadro de agentes específicos, e, veículos próprios para melhor atender as chamadas de ocorrências;

IV — Designar para aquela Subdivisão Policial, um número igual ou superior de agentes, aos já existentes;

V — Ampliar o número de viaturas, bem como recuperar aquelas já existentes;

VI — Construir no Distrito de Tamarana, um prédio próprio para abrigar uma Cadeia Pública e a Subdelegacia de Polícia, bem como equipá-la para que a mesma tenha condições de funcionar, tendo em vista que aquele distrito fica a aproxima-

damente 60 quilômetros retirado da sede do município; e,

VII — Designar para o Distrito de Tamarana, um ou dois Agentes de Polícia, para atender especificamente aquele distrito, tendo em vista a distância existente entre aquele distrito, e a sede do município.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, tendo em vista o grande desenvolvimento habitacional e populacional da cidade de Londrina, nos últimos anos, hoje a Cadeia Pública está localizada no centro da cidade, e a sua locomoção para a periferia da cidade, viria de encontro aos anseios de toda aquela população, principalmente aqueles que residem nos arredores do prédio onde se localiza a mesma. A construção de mais um pavimento anexo ao prédio atual, para a 10.^a Subdivisão Policial de Londrina tenha melhores condições de funcionamento, será quase impossível, devido a falta de terreno no local. Portanto, a construção de um novo prédio fora do centro da cidade para abrigar a Cadeia Pública, ficando o atual somente para atender a Subdivisão Policial, criando também uma Delegacia de Plantão, para um melhor atendimento junto àquela população. Desta maneira, ficaria o Presídio de Detentos sentenciados, separado das demais Delegacias, beneficiando desta maneira, o próprio poder judicial, como também a própria polícia, que teria uma responsabilidade a menos, visto que o policiamento do presídio iria funcionar separadamente. A criação e construção de um prédio próprio para abrigar a Sub-delegacia de Polícia e Cadeia Pública no Distrito de Tamarana, bem como a designação de um ou dois Agentes de Polícia, equipar a mesma com viatura e outros equipamentos necessários, viria beneficiar não só aquele distrito que fica a mais de 60 quilômetros da sede do município, mas também os distritos de Guaravera, Paiquerê, Lerroville e Irerê, que também como Tamarana, depende da sede do município, para atender as ocorrências mais graves. Quando estes distritos solicitam a ajuda do policiamento da sede do município, muitas vezes a demora para o devido atendimento, é bastante demorado, devido a deficiências de falta de pessoal, equipamentos e viaturas, o que vem deixando a população daquela região, bastante descontente. A necessidade real e urgente das reivindicações, que ora estamos requerendo, através do Governo do Estado e da Secretaria de Segurança Pública, para que leve ao Município de Londrina, estas benfeitorias, irá beneficiar não somente ao povo, mas também beneficiará aos detentos que lá cumprem pena, pois terão um tratamento mais humano."

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós apresentamos hoje nesta Casa e gostaríamos que os nobres Deputados, nossos colegas, aprovassem este requerimento para que fosse encaminhado às autoridades.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a permite um aparte: (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, desde que produzir é combater efetivamente a inflação, o assunto primeiro abordado por V. Ex.^a, é realmente o mais importante deste País, mas de que forma despertar o Governo Central, se nós não conseguimos até agora, nem mesmo, sensibilizar, acordar do sono profundo em que se encontra, o Governador deste Estado, que está aqui tão próximo de nós.

Santo Antônio do Sudoeste, parece-me, já não tem mais água. Está inclusive, buscando água em outras localidades para poder abastecer a sua população. É claro que tudo isto é fruto da agressão que se fez à natureza do nosso Estado, e a culpa disso tudo cabe principalmente ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, pela sua total irresponsabilidade, pelo descumprimento que a permissividade desse órgão permitiu que se fizesse em nosso Estado. Uma atitude, realmente, criminosa daquele órgão de Governo, que tem a obrigatoriedade de

fiscalização de nossa política florestal. E, aí, está o Paraná num desequilíbrio ecológico gravíssimo, perigoso e que começa a trazer consequências de inteiro desastre.

A previsão, inclusive, Deputado Lázaro Dumont, de técnicos que afirmam que dentro de alguns anos o nosso Estado estará com seus recursos hídricos quase que na faixa zero.

Veja V. Ex.^a que a presença do Ministro Simonsen, no Paraná, foi uma passagem, totalmente, inglória; tivemos nós que suportar os jornais a divulgarem a opinião de S. Ex.^a, que a agricultura é a culpada pela inflação brasileira. Veja V. Ex.^a a presença do Governador Jayme Canet Júnior na reunião de cúpula realizada no Palácio do Planalto, que estabeleceu as novas medidas para a nossa cafeicultura. Uma omissão de S. Ex.^a que é produtor e comerciante de café.

Está, aí, a cafeicultura desestimulada e o Estado carente de ampliar sua lavoura para defender a sua economia e, também, para dar trabalho aos nossos colonos que estão a engrossar as filas de "bóias-frias", como V. Ex.^a traduziu tão bem esse problema gravíssimo, através de pronunciamento feito, recentemente.

S. Ex.^a, o Sr. Governador está impassível quanto à situação de nosso Estado, nesse setor agrário, nobre Deputado, realmente, de calamidade pública que foi defendida, da tribuna, na sessão de anteontem pelo nobre Deputado Deni Schwartz. E, veja, V. Ex.^a, que o agricultor que está sem recursos para poder plantar, a dispensar seus colonos, envolvidos por débitos e financiamentos incriveis. Veja, V. Ex.^a, que em Maringá, se estão leiloando propriedades agrícolas, quando a avaliação da propriedade é a metade do débito que tem o seu proprietário para com o Banco do Brasil. E o Sr. Governador está tão desconscientizado, a ponto de que, até agora, me parece, ser o único Governador desta Pátria Amada, que ainda não decretou uma desaceleração nas obras que está a efetuar, que pretende efetuar no Estado. Deveria, inclusive, S. Ex.^a já ter proposto, determinado uma contenção radical e ampla do custo operacional de sua administração; e, está, S. Ex.^a, a fazer, exatamente, o contrário, ainda a se permitir a sustentação do deslocamento do Governo do Estado, a promover despesas inúteis, absurdas para a máquina do Governo.

Eminente Deputado, é preciso que a autoridade máxima deste Estado, possa acordar desse sono.

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Convido o Sr. 1.º Secretário a assumir a Mesa.

O Sr. Valter Pietrângelo — Sr. Presidente, posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Devolvo a palavra ao eminente Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Valter Pietrângelo — Eu vou concluir. Para que o Governo Federal possa, efetivamente determinar medidas que venham agora amparar a nossa agricultura, para que o nosso produtor se sinta estimulado ainda apesar da estiagem, a fazer as nossas plantações. Basta o Governo Federal abolir as decisões de Gabinete, eminente Deputado. As soluções são simples, elementares e objetivas. Desde que o nosso Governo venha conversar com os nossos produtores, com o agricultor, com o pecuarista, que eles têm soluções amplas para poder solucionar esse problema tão grave.

Ora, veja V. Ex.^a o problema que está envolvendo a nossa produção de algodão. Em Querência do Norte a produção ainda está armazenada, guardada, esperando que esse Governo se sensibilize e, pelo amor de Deus, possa pelo menos estabelecer a arroba do algodão a 150 cruzeiros, que no preço mínimo fixado é um roubo, uma agressão, é um desrespeito ao produtor, é um desestímulo total e amplo, porque efetivamente o custo da produção é maior que o preço mínimo fixado pelas nossas autoridades.

Essa conversa de prorrogar financiamento, eminente Deputado, por que isso? Basta simplesmente que o Governo

Federal proceda um congelamento, como congela o salário do servidor; como congela tantas outras coisas. Basta congelar o débito para ser pago em épocas favoráveis e se dar dinheiro nas mãos do nosso agricultor para que a safra possa ser plantada, para que o colono tenha serviço e possa efetivamente sobreviver nessa Pátria tão dadivosa, por mercê de Deus.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Valter Pietrângelo, grande parte da crítica que V. Ex.^a faz a determinados setores do Governo Federal, eu faço coro porque já levantei também muitas vezes aqui. Mas eu gostaria de dizer a V. Ex.^a o seguinte: que V. Ex.^a está sendo um pouquinho duro com o nosso Governador, que realmente a gente tem sentido, porque o Governador do Paraná tem demonstrado um trabalho muito grande pelo Paraná.

Ainda esta semana, terça-feira agora, quando tive oportunidade de conversar com S. Ex.^a e levar a ele, outros Deputados já levaram e ele viaja pelo Paraná e não há necessidade de se estar lembrando da apreensão do povo paranaense. Ele ainda nos dizia que, se não chover dentro de uma semana, haverá, inclusive, possibilidade de que venha a ser racionada a energia elétrica em todo o Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Gostaria que V. Ex.^a, data vênia, do Deputado Lázaro Dumont, interrompendo o seu raciocínio, verificasse se já "quorum" para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Deferido o pedido de V. Ex.^a.

O SR. LÁZARO DUMONT — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu gostaria de colaborar, já que o Deputado Gabriel Manoel está tão ansioso para que termine a sessão, eu gostaria de colaborar com ele e era só o que eu desejava falar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho). — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Finda a chamada nominal). 23 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. — (Pausa).

Por indicação do Vice-Líder, concedo a palavra, para falar no horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos ocupando a tribuna no dia de hoje, infelizmente, não gostaríamos de estar aqui. Mas em função da maneira como o ilustre Deputado Lineu Turra, irmão do Prefeito de Corbélia, usou a tribuna, nós queremos deixar bem clara a nossa posição em Corbélia.

Estivemos visitando o Município de Corbélia e visitamos todas as escolas e todas as estradas.

Sabem os Srs. Deputados que a Câmara de Vereadores daquele Município tem a sua maioria de Vereadores do MDB. E o Prefeito Municipal é irmão de S. Ex.^a o Sr. Deputado Lineu Turra.

Nós, no ano passado, estivemos em companhia do chefe do Distrito Rodoviário, para que, juntamente no Plano Rodoviário, fosse incluído, o PRÓSAFRA, para que pudéssemos conseguir. Infelizmente, por fatores alheios à nossa vontade, porque a Prefeitura não tinha o Mapa Rodoviário e não poderia

completado, nós estivemos duas vezes em companhia do hoje atual candidato a Deputado, por Cascavel, naquela cidade.

Porque nós não aceitamos e não admitimos que se faça política com saúde e educação. Jamais ocupamos nenhuma escola para fazer política. Jamais impedimos que fosse feita uma estrada para escoamento dos produtos dos lavradores que produzem. As máquinas do DER, meus amigos, no ano passado, foram embargadas pelo Prefeito daquela cidade, o que eu acho um absurdo.

Com referência, ao que disse o Deputado, que a Câmara de Vereadores deu um voto contra a minha pessoa, eu quero voltar aqui, se Deus quiser, com todos os dados com referência ao material encaminhado àquela cidade.

Certas coisas não podemos aceitar, pois o Governo do Estado do Paraná, vem implantando uma administração honesta e sadia, e nós procurando, junto com o Sr. Secretário de Educação, Dr. Francisco Borsari Netto, que esteve pessoalmente naquela cidade no ano passado, em companhia do Presidente desta Casa, quando nós estávamos acamados, visitando Braganey, e recebendo suas reivindicações para construção de salas de aula. Foi implantado em Anápolis, seis salas de aula, em Iguatu, até hoje não foi terminado por convênio daquele município. As obras quando são feitas pelo Estado, o Prefeito se vangloria, dizendo que é de sua autoria. Quando não faz, debita ao partido do Governo. Tudo de errado deve-se ao Governo. Até a estiagem do tempo, eles empregam. Mas esquecem que os lavradores estão abandonados, esquecidos, sem nenhum meio de tirar a sua produção.

E o que fizemos? Fomos ao Governo do Estado pedir ao Sr. Governador que mandasse as máquinas do DER fazer as estradas.

E o que foi que aconteceu? Aquelas máquinas foram embargadas pelo Prefeito Municipal.

Não gostaríamos de trazer isto aqui desta tribuna. Esta é a primeira vez, em três legislaturas, que tal acontece.

Os municípios que aqui represento e que pertencem ao MDB, todos eles assinaram convênio PROSAFRA, porque as estradas que demandam à sede dos municípios estavam esburacadas. E o Governo não diz "aqui passa o MDB ou a ARENA", mas é o povo que passa. E as estradas são para atender ao povo.

O que não aceitamos é essa demagogia que querem implantar pelo Estado, porque estão desesperados. E vêm aqui levantar calúnias, contra um homem que jamais fez política em uma sala de aula.

Fui convidado, em Ouro Verde, pela Associação de Pais e Mestres para ver a situação de calamidade que se encontra o Grupo Escolar: duas salas de aula paradas há mais de seis meses; alunos sem matrícula.

E o que eu fiz? Fui ao Governador do Estado, fui ao Secretário da Educação, pedir, implorar que se desse condições àquele Grupo e que os alunos fossem bem atendidos.

Não aceito dizerem que entro numa sala de aula, em uma Santa Casa, em um Hospital, para fazer política.

Porque as crianças que estão estudando naquelas salas de aula não são eleitores. E se lá estivemos, como estivemos em Braganey, como em outros municípios, visitando todos os estabelecimentos de ensino, mas não fizemos palestra. Fizemos, publicamente, uma palestra em Ouro Verde; estivemos na Penha, na casa das irmãs, estivemos com o Vigário e ouvimos as suas reivindicações referentes às estradas.

E o que é que acontece? O Governo do Estado manda construir uma estrada ligando Cafelândia à Penha, o Prefeito vai lá fazer um churrasco para dizer que a obra é sua.

O Governo do Estado vem implantando uma rodovia asfaltada que liga Braganey à Corbélia, e o Prefeito diz que a obra é sua.

E tudo de errado que acontece, é dedicado ao Governo e ao Deputado Fuad Nacli

Mas, não vamos calar. Vamos à Corbélia dizer a verdade. Jamais admitimos que digam isso a nosso respeito. E o ilustre Deputado Lineu Turra que meça suas palavras. Quando S. Ex.^a falou aqui não estávamos presentes, fomos chamados, por telefone, porque o pronunciamento se referia a nós, à nossa permanência naquele município.

Dizemos, mais uma vez, Srs. Deputados, que quando visitamos escolas, hospitais, jamais o fizemos com o intuito de fazer política.

Quando tínhamos o comando de Palmeira e o Prefeito era do MDB jamais procuramos criar-lhe problemas.

Esperamos voltar a esta tribuna para trazer aquilo que temos levado à Corbélia, aquilo que o Governo fez por Corbélia, todas as obras que ali estão sendo implantadas.

O Serviço Telefônico está ainda em estado de experiência, o seu Prefeito Municipal, daquela cidade, fez uma festa e quis inaugurar. Eu vos pergunto, é obra do Governo ou é obra do Município, meus amigos?

É obra do povo, não é obra do Prefeito. E nós temos lá o serviço de água da Sanepar, no governo do município. Já vem vindo de administrações passadas e está sendo implantado e jamais foi feito nada em Corbélia para que segurasse a administração, seja de Lineu Turra, seja de seu irmão, seja de quem for. Porque nós temos uma obrigação com o Município de Corbélia, meus amigos. E nós hoje temos em Corbélia a ligação telefônica à distância direta. E, se Deus quiser, teremos dentro de pouco tempo dentro do Distrito; não vamos lá para fazer "papagaiada", como está sendo feita todas as semanas no "O Estado do Paraná". Páginas inteiras pagas pela Prefeitura Municipal, instalando os distritos administrativos para que o povo coma um churrasco, e nada se faz no município.

Nós vamos lá levar alguma coisa de concreto, pedir para que o Secretário do Governo sinta as necessidades daquele município. Não estamos aqui para vir fazer demagogia, e nem para caluniar ninguém. O meu respeito que tenho por todos os Srs. Deputados não quer dizer que aceitamos a forma e maneira que eles querem, desesperadamente, sabendo de sua derrota, sabendo do que está se passando, usar da tribuna para vir caluniar, vir denegrir aqueles que têm trabalhado, aqueles que têm feito alguma coisa pelo Paraná.

Quando se faz uma estrada asfaltada, eles dizem que é uma estrada que não serve o povo. Se constrói, eles criticam. Se não constrói, eles também criticam.

Sr. Presidente, eu quero voltar à tribuna, como eu disse, trazendo dados com referência à Corbélia e a todos os municípios que eu participo, e quero convidar a todos os Srs. Deputados da Oposição, se algum Sr. Deputado da Oposição, que tem o Partido da Oposição no meu Município, como Florestópolis e José Moraes, deixou de receber o PROSAFRA, estará recebendo as casas da COHAB, estará recebendo verbas do Governo, e mantém a sua posição dentro da área do MDB. Nos municípios, onde existe oposição, eu sempre tenho dito que precisamos da oposição porque não é só com um Partido que sobrevive. O que nós não poderíamos é ficar calados na data de hoje, porque amanhã, em Palmeira, não vamos estar presentes. E ele quer vir aqui para fazer o aproveitamento, porque é o dia da sua cidade, da cidade de onde veio, para aqui dizer que o Deputado tem criado problemas. Nós procuramos até nos afastar de Palmeira, onde fomos Deputado Estadual da Arena mais votado, para não criar problemas para a administração daquele município. Porque ele procurou diversos Secretários e queria lançar o seu candidato daquele município.

E nós, que sempre respeitamos a todos os candidatos, tanto da Oposição, como da Situação, e o direito daqueles que querem disputar eleição, porque todo o cidadão que é portador de um título de eleitor tem direito de ser candidato; não pode vir aqui portanto, demagogicamente, um Deputado que recebe uma carta que me conhece muito bem e sabe de

minha atuação no seu município, que lá estive por diversas vezes, procurando conciliar para que não houvesse uma oposição na Câmara, e para que a administração sadia, e não para que interferisse criando o problema. E vem ele dizer que estou fazendo política com materiais escolares. Eu, se um dia entreguei um lápis, entreguei um caderno, quero que ceguem minhas vistas, Sr. Deputado, jamais serei demagogo dos filhos de quem quer que seja. Os cadernos e os lápis estão sendo levados para todo o Estado do Paraná, para todas as escolas.

Se os Senhores não têm condições de ganharem as eleições em Corbélia, façam política sadia, não venham com esta política rasteira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — a Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar os quinze minutos que lhes são reservados.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, triste Governo, Sr. Presidente, que tem no caderno, no lápis, os instrumentos para o seu instrumento para o seu proselitismo eleitoral!

O MDB se sente honrado por ter em seus quadros, e abrigar, em sua legenda, a honestidade, a decência e a honra de um homem como Lineu Turra, e, esta Assembléia Legislativa se dignifica por dar assento a esse Deputado cioso, brilhante e talentoso.

No horário da Liderança, a palavra é do Deputado Lineu Turra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não gostaria de voltar à tribuna, para revolver um assunto que eu entendia, sepultado. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bem da verdade, voltamos à tribuna nesta manhã de quinta-feira, para dizer que, no Município de Corbélia muita coisa se fez, dentro de um ano de administração; muita coisa se fez, a começar pela construção, por inteiro, do Fórum daquela comarca; muita coisa se fez, na construção de estabelecimentos de ensino, com a aplicação de recursos do município — o Fórum, integralmente construído com recursos da municipalidade; e outras casas, estabelecimentos escolares, estabelecimentos feitos com material de primeira linha, estão lá para que todos vejam. É verdade que, em parte, também concorreu o Governo do Estado porque sentiu nesta administração que hoje lá está implantada, uma administração sadia, uma administração ordeira e voltada para o progresso e para o bem da comunidade.

Quando se fez, na localidade de Penha, um churrasco promovido por pessoas daquele mesmo distrito quando se iniciavam as obras da estrada Penha/Cafelândia, nós ali comparecemos a convite, e, jamais fizemos qualquer referência de que estaríamos fazendo obras, porque nós, Deputados, não fazemos, nós reivindicamos para o nosso município. Eu não fiz obras no Estado durante o meu mandato, nem vou fazer, porque esta não é minha atribuição, esta é atribuição do Poder Executivo.

Nós queremos enfatizar aqui, que, quando o meu irmão assumiu a Prefeitura de Corbélia, a situação financeira do município era verdadeiramente caótica! Havia um débito de quase seis milhões de cruzeiros — a Sanepar, inteiramente por pagar — serviços ainda sem execução estão lá, sendo pagos os débitos, que ficaram contas da administração anterior, sendo rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

De forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, quando eu trouxe o assunto a esta tribuna, com relação ao uso de estabelecimentos escolares e que foi confessado pelo eminente Deputado Fuad Nacli da tribuna, nós trouxemos o assunto

que pessoalmente não tínhamos conhecimento, mas acreditamos na honestidade dos homens que compõem a Câmara de Vereadores do Município de Corbélia, pois são eles que estão denunciando. Eu nesta Casa, nada mais estou sendo do que porta-voz daquela Câmara de Vereadores, que representa aquele município, mas me congratulo com o Deputado Fuad Nacli pelas afirmações que ele fez, de empenho por alguma coisa que se possa levar ao Município de Corbélia. Se ele fez, foi em nome da administração porque eu, aqui desta Casa, durante o tempo — e sou correligionário do Sr. Mueller, como Prefeito, jamais fiz um pronunciamento atacando a atuação dele. Pelo contrário, encaminhei pedidos, para que fossem levados, para aquele município, obras, alguns melhoramentos que pudessem abrir novos horizontes para o progresso daquela comunidade.

Jamais eu vim a esta tribuna — e está aí o Deputado Fuad Nacli para testemunhar, — para atacar a sua administração e jamais fui a Corbélia para fazer demagogia, porque eu, afinal de contas, não estou pensando em eleições e sim cumprir minhas obrigações. Eu sou um candidato, possivelmente à reeleição, mas jamais vou fazer demagogia no interior para conquistar eleitores, porque eu sei muito bem, da nossa posição junto ao eleitorado corbeliense. Sei do nosso trabalho. Tenho consciência daquilo que estamos fazendo honestamente, e está lá Corbélia, para testemunhar aos olhos do Paraná quanto tem sido feito pela atual administração e nós estamos aqui nesta Casa, para defender Corbélia e para contestar aquilo que se possa dizer ou fazer contra a administração municipal, que nós entendemos, uma das melhores que está se realizando na atualidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "LAR SÃO MATEUS", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 02/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR SÃO MATEUS", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora estamos propondo seja declarada de utilidade pública, vem prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de São Mateus do Sul, no campo da assistência social, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal através da Lei Municipal nº 494/72 de 14/08/72.

O presente projeto de lei que estamos apresentando, visa o reconhecimento público estadual, o que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 02/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o "LAR SÃO MATEUS", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul.

Da análise do processo, através da justificativa apresentada e da documentação ao mesmo anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade se encontra revestida das condições legais, previstas pela Lei nº 6.994, de 10/01/78.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1.978.

(a) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

Em discussão.—

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, tem o pressuposto de vinte e três Senhores Deputados, e não estava colocando em votação a matéria. Mas entende que é regimental o requerimento do Sr. Deputado. A Presidência adverte aos Senhores Deputados, que se encontrem neste e no outro edifício, o Senhor Primeiro Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) Estão presentes 25 Srs. Deputados, não há "quorum" para votação e, sim, para prosseguimento da sessão.

Em discussão o Projeto de Lei nº 02/78.— **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 03/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "Prefeito José Amin Matte", a Escola de Ensino de 1º grau, da sede do Município de Chopinzinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI Nº 03/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "PREFEITO JOSÉ AMIN MATTE", a Escola de Ensino de 1º Grau, da sede do Município de Chopinzinho.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1.978.

(a) Luiz Alberto Oliveria.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei objetiva não somente prestar o reconhecimento "post mortem" a um dos pioneiros da história do Município de Chopinzinho. Visa antes e acima de tudo mostrar aos homens de hoje que a honestidade, a conduta dignificante e o senso de oportunidade não são jamais esquecidos. As qualidades mencionadas sobravam no ilustre homenageado. Pai de família exemplar, Comerciante próspero, Prefeito de Chopinzinho, por duas vezes, José Amin Matte, foi um administrador dinâmico, incansável batalhador por um Ensino melhor em seu município.

Pelas razões acima expostas, verifica-se que a aprovação do presente projeto pelos Excelentíssimos Senhores Deputados se constituirá num ato de Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 03/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira,

objetiva o presente projeto de lei denominar "Prefeito José Amin Matte", a Escola de Ensino de 1º Grau, da sede do Município de Chopinzinho, neste Estado.

A justificativa nos fala das qualidades que ornavam a personalidade de José Amin Matte. Prefeito de Chopinzinho por duas vezes, batalhador por um ensino melhor naquele município, administrador dinâmico, um dos seus pioneiros, cidadão digno e honesto, chefe de família exemplar, sem dúvida faz jus à homenagem que se lhe pretende prestar, através do presente plano de lei.

Não existe qualquer impedimento de ordem constitucional ou legal.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Educação e Cultura, em forma de apelo no sentido de que seja criado um curso de contabilidade ou de secretariado, no Colégio Estadual João XXIII, na Vila Operária, na cidade de Maringá.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências para coibir abusos que se vêm verificando por elementos menos escrupulosos, que se servem dos estabelecimentos de ensino, professores, alunos e materiais escolares para promover sua campanha política, fato ocorrido no Município de Corbélia.—Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que através da Secretaria dos Recursos Humanos, sejam realizados estudos visando o encaminhamento de mensagem governamental a esta Casa, a fim de ser estabelecida em nosso Estado, lei que determine a contagem para efeitos de aposentadoria ao servidor público, do tempo de serviço prestado, em qualquer grau de ensino ao magistério particular.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento feito pelo Dr. Ernanni Simas Alves, quando da entrega do Título "Doutor Honoris Causa" ao Dr. Atyz Quadros da Silva, do qual foi seu patrono.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, constando diversas reivindicações, em benefício da 10ª Sub-divisão Policial da cidade de Londrina.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Governador do Estado, a fim de que interceda junto as Diretorias do Banco do Brasil S/A, Banco do Estado do Paraná S/A, e outros, no sentido de que sejam prorrogados os prazos de financiamentos, e que sejam suspensas execuções judiciais dos agricultores da região de Santa Cecília do Pavão.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações com referência aos nomes, datas e as importâncias dos funcionários públicos civís e militares do Estado, que estão percebendo a gratificação por conta de Risco de Vida, Saúde ou Fronteira.—

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO**

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02/78 e 03/78.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78.

Levanta-se a sessão.